

"Está havendo elitização na saúde suplementar"

Afirmção do **coordenador da Comissão de Pequenas e Médias Operadoras da Abramge, Cyro Britto**, se refere ao atual processo conduzido na área

por Thaia Duó

Alterações contábeis, econômico-financeira e reservas garantidoras. Tantas normas e mudanças estão complicando a situação das pequenas e médias operadoras de planos de saúde (PMOps), mas sem tirar suas boas perspectivas. "As perspectivas têm que existir porque nós não podemos nem imaginar a saúde suplementar hoje sem as operadoras. Nós na Abramge criamos uma comissão para estudar algumas variáveis que pudessem ser levadas para que essas operadoras possam sobreviver no mercado, principalmente aquelas que estão no interior do País, onde nós sabemos que as dificuldades são maiores para atender todas essas normatização da ANS", explica o coordenador da Comissão de Pequenas e Médias Operadoras da Abramge, Cyro Alves de Britto Filho.

Segundo o executivo, as operadoras estão se sentindo estranguladas diante deste cenário de tantas normas e, por isso, Britto acredita que é necessário sensibilizar tanto a Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto os políticos, os legisladores e até mesmo os órgãos de defesa do consumidor de que é preciso pensar a regulamentação. "Da forma que a ANS está exigindo ela está se tornando proibitiva para operadoras de pequeno e médio porte e ela vai começar a ficar proibitiva para certa parcela da população brasileira."

Hoje existe no Brasil cerca de 90 milhões de pessoas pertencentes às classes C e D, e esse cenário vem crescendo significativamente, segundo Britto. Para ele, todos deveriam olhar a saúde suplementar para essa classe social. "O processo hoje como ele vem sendo conduzido está elitizando a saúde suplementar. Está se tornando um produto com tantas coberturas que só vai ser possível ser disponibilizado a pessoas de renda alta e é isso que eu chamo repensar o processo da saúde para que haja possibilidade de ter planos com coberturas menores, planos responsáveis com coberturas regulamentadas, mas não de tanta abrangência para que se possa atender esse público C e D", conclui.